

BB e Caixa tramam disputa por recursos do Plano Safra

Crédito Governo deve liberar R\$ 120 bi em recursos subsidiados no ciclo que se inicia em julho

BB e Caixa disputam Plano Safra

Álvaro Campos, Rafael Walendroff e Estevão Valadão
De São Paulo e Brasília

Banco do Brasil e Caixa tramam nos bastidores uma disputa por recursos do Plano Safra 2022/23. O BB, que historicamente sempre foi o maior financiador do setor agrícola, teme que possa ficar sem uma quantidade suficiente para atender a demanda dos seus clientes. Já a Caixa argumenta que é o maior banco do país (em número de clientes e carteira de crédito no Brasil) e, portanto, não faz sentido ficar de fora de um segmento que representa quase um quarto da economia.

O embate entrou no radar do Ministério da Economia, um dos responsáveis por decidir como os recursos serão divididos. "Há uma disputa por espaços, com a Caixa tentando crescer", diz uma fonte.

O recuo no setor é uma disputa que toma mais lento o trâmite para acesso aos recursos. Seguindo o jargão de que existe a hora certa para plantar, os produtores precisam do financiamento no tempo certo — o mais cedo possível — para comprar o pacote tecnológico (semente, fertilizante, defensivos, maquinário etc) que será usado.

A disputa entre os bancos estatais é técnica, mas também tem contornos políticos. O BB, comandado por Fausto Ribeiro, tem a simpatia do Ministério da Agricultura e de diversos integrantes da bancada do agronegócio no Congresso. A Caixa é liderada por Pedro Guimarães, próximo do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do presidente Jair Bolsonaro.

O Valor apurou que a demanda da Caixa foi superior a R\$ 50 bilhões de recursos equalizados, seis vezes mais do que os R\$ 7,3 bilhões operados na temporada 2021/22. O BB quer R\$ 60 bilhões, acima dos R\$ 43 bilhões desta temporada. Ao todo, o governo deve liberar cerca de R\$ 120 bilhões em financiamentos subsidiados no ciclo que se inicia em julho, acima dos R\$ 88,5 bilhões no ano anterior.

Recurso equalizável é o dinheiro emprestado pelos bancos aos produtores rurais por meio de financiamentos em linhas do Plano Safra, que recebem apoio do governo na subvenção nas taxas de juros. Em vez de o agricultor contratar operações com juros de mercado, o governo garante aliquotas menores e subsidia a diferença de taxas às instituições financeiras.

O Plano Safra 2021/22, iniciado em julho, teve um total de R\$ 251,2 bilhões, sendo R\$ 162 bilhões não

equalizados e R\$ 89 bilhões equalizados. O BB ficou com 48% do volume subsidiado. Entretanto, com o apetite da Caixa e a concorrência de outras instituições, o recuo do banco é ficar com uma fatia insuficiente para atender à demanda dos seus clientes. Nesse caso, os produtores teriam de bater à porta de outra instituição, mas fonte próxima ao Banco do Brasil alega que eles perderiam tempo para abrir uma conta, enviar a documentação e esperar pela aprovação do crédito — o que pode ser um processo demorado.

O setor tem pressa. O novo Plano Safra começa em 14 de julho, o que significa que o governo tem poucos dias para arbitrar a disputa entre os bancos e definir quem vai ficar com o quê. Aprovada no início de 2020, a Lei do Agro implicou mudanças no programa e o número de bancos aumentou significativamente. Passou de cinco naquele ano para 12 em 2021 e deve chegar a 21 agora, mas a Caixa é o mais significativo.

Um ex-secretário do Ministério da Agricultura diz, sob a condição de anonimato, que as equipes que elaboram o Plano Safra seguem regras técnicas e que a Caixa não se enquadra em muitas delas, o que diminuiria as chances de Guimarães ter seu pedido atendido. Ainda assim, sob o viés qualitativo também usado pelo governo, é possível que o banco acabe ganhando uma fatia maior.

Caixa quer avançar num segmento liderado pelo BB, que teme ficar sem recursos suficientes para atender demanda

"A Caixa quer dividir o bolo do Plano Safra a força, o que traz um risco desnecessário para o setor agrícola. Corremos o risco de deixarmos de ser o celeiro do mundo", diz um interlocutor com conhecimento dos planos do BB.

Em contrapartida, uma fonte próxima à Caixa diz que o banco tem plena capacidade operacional para atender à demanda e o que irritou Guimarães foi uma tentativa de exclusão do programa. A instituição financeira considera sua estrutura na safra 2021/22 um sucesso.

A capacidade operacional é um ponto-chave na discussão. No agêncio de safra, o BB chega a fazer mais de 4 mil operações por dia. Em apresentação recente para a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), o presidente do banco

disse que fez 486,5 mil operações no atual Plano Safra, enquanto o sistema cooperativo fez 347,6 mil e a Caixa, 11,7 mil. Fonte do BB alega, reservadamente, que a Caixa deixou recursos empoeirados, algo que o concorrente nega.

Segundo o Valor apurou, um tempo atrás o BB teria se aproximado da Caixa, buscando uma maior sinergia entre os bancos estatais. A ideia era o BB sair do crédito imobiliário no varejo e passar a distribuir os produtos da Caixa. Esta, em troca, sairia do agro, deixando o BB liderar o segmento. A proposta teria sido rejeitada por Guimarães, que defende que mais competição é bom para o sistema.

Nos bastidores e mesmo em eventos públicos, Guimarães já admitiu que a Caixa teve alguns percalços no início da operação, mas ponderou que eles foram consertados e o banco vem melhorando mês a mês. A instituição saiu do oitavo para o segundo lugar no crédito agro em dois anos. O banco planeja chegar a cem agências especializadas e tem intensificado a participação em feiras do setor.

Em uma das mais importantes delas, a Agrishow (Ribeirão Preto-SP), Guimarães teria sido cobrado por fabricantes de máquinas sobre a demora em liberar recursos. No palco, rebateu as críticas. "A gente estava aqui e houve várias críticas em relação à Caixa. Ótimo. Por isso é que eu estou aqui, para aprender. Nós hoje somos só 'muito ruins'. O dia em que a Caixa for 'mais ou menos', nós vamos ser o maior banco do agro no Brasil", disse.

No início do mês, a Caixa anunciou que registrou recorde mensal de contratações de crédito agrícola em maio, quando foram concedidos R\$ 6,1 bilhões para operações rurais. "Os resultados destacam o posicionamento da Caixa no apoio ao agronegócio brasileiro, beneficiando, especialmente, agricultores familiares, como pescadores e piscicultores, pequenos e médios produtores rurais, além de cooperativas e agroindústrias", afirmou o banco na ocasião.

A investida da Caixa no agro faz sentido porque os pequenos produtores muitas vezes têm correlação com os programas sociais geridos pelo banco e também porque tem alto potencial de "cross-sell", ou seja, a venda de mais produtos para um mesmo cliente. Algumas culturas têm duas ou até três safras por ano. Além de crédito, o produtor precisa de cartão, seguro, financiamento para maquinário, entre outras coisas. Isso abre uma frente de receitas recorrentes para



No setor, preocupação é que embate tome mais demorado o acesso a recursos

Crédito rural

Caixa tem tentando ganhar relevância no crédito agrícola



Fonte: Banco Central e FPA

a instituição financeira. "No crédito imobiliário, a Caixa só vai ver o cliente de novo daqui a dez anos. No agro, pode vê-lo três, quatro vezes em um ano", diz uma fonte.

No mês passado, ao divulgar o balanço do primeiro trimestre, Guimarães disse que a Caixa usa 3% do que capta na poupança para o crédito agro e pode chegar ao limite de 10% se for preciso. "Temos total capacidade de fazer imobiliário e agrícola. Temos R\$ 10 bilhões para o agro e podemos ir a R\$ 36 bilhões", afirmou.

A Caixa tem quase R\$ 360 bilhões em depósitos de poupança. Hoje, o banco não cumpre os percentuais de direcionamento para o crédito rural, o que pode ser feito com um comunicado ao Banco Central. Se optar pelo sistema híbrido, poderá manter 90% do volume no imobiliário e destinar 10% ao rural. O banco teria uma enorme facilidade de funding, mas também a obrigação de uso desses recursos,

sofrendo a penalidade de custo financeiro ao BC ao fim da safra.

Guimarães já havia dito que o banco tem um market share de 4,5% no agro e espera terminar o ano com 10%, e que o plano era atingir a liderança em 2024.

Outro ponto de discussão é o Fundo Constitucional de financiamento do Centro Oeste (FCO). A Caixa acha injusto que o BB tenha exclusividade na operação do FCO e argumenta, nos bastidores, que isso lhe dá uma vantagem, já que a região concentra os maiores produtos do país. Sobre as operações de crédito do FCO incide o chamado "del credere", comissão de até 6% recebida pelo BB pelo risco de crédito. "Com essa taxa, eles podem cobrar juros menores e aguentar uma inadimplência muito maior. Não dá para competir. É 90% vão para grandes produtores", diz uma fonte próxima à Caixa.

Procurados, BB e Caixa não comentaram o assunto.

Competição é bem-vista pelo setor

De São Paulo e Brasília

A entrada da Caixa no agronegócio é positiva, desde que gradualmente e sem sobressaltos, segundo analistas e representantes do setor ouvidos pelo Valor. Eles alegam que a área tem peculiaridades, como prazos diferentes dos de outros segmentos.

Um dos pontos de atenção é o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), espécie de seguro público contratado por pequenos produtores na contratação do Pronaf, o programa federal de agricultura familiar.

Para o economista-chefe da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Antônio da Luz, a Caixa tem motivos de sobra para querer ampliar a presença no setor agropecuário, dada a competitividade do campo e a oportunidade de retorno para os bilhões que o banco pode aplicar no segmento. Mais concorrentes podem gerar crédito mais barato, afirma, mas é fundamental que os agentes entrem adequem suas estruturas para atender à demanda dos produtores longe de qualquer eventual disputa política.

"O agro é um excelente negócio para a Caixa, e o Banco do Brasil é um grande parceiro do produtor rural. Todo agente financeiro é bem-vindo, mas que se preparem para isso", afirma. "Quanto mais agentes preparados tiver no agro, melhor para os produtores, sobretudo em um momento como este, em que temos enormes restrições de crédito, estamos vivendo uma crise há quatro meses sem Plano Safra."

Ademir Vian, presidente da Seges Agronegócio e consultor em finanças agro, diz que o uso da tecnologia simplifica a contratação de crédito rural, e que a Caixa preenche os requisitos para atuar no setor, com capilaridade e funding. Ex-diretor da Febraban, ele afirma que, se a Caixa decidir aplicar 10% da poupança em financiamentos agrícolas, vai "bater" o BB com tranquilidade. "Já se foi aquele tempo do crédito rural com megaestruturas operacionais e burocracia. A Caixa pode, sim, se tornar o maior player do mercado e ultrapassar rapidamente o BB, basta apertar o botão", opina. "Se ela tem maior carteira, que tem ter

maior volume de equalização [recursos para o Plano Safra]. Isso está umbilicalmente ligado." Do outro lado do balcão, o BB defende que é preciso proximidade e relação com os clientes para atuar no setor. O banco ainda argumenta, nos bastidores, que a Caixa não tem estrutura para executar o Proagro, sem o qual coloca em risco o Pronaf, tipo de operação para um público-chave. Isso exige a formação de rede de peritos, agentes credenciados, sistema integrado com o Banco Central e uma série de outros itens que, de acordo com fonte próxima ao Banco do Brasil, não se faz "da noite para o dia". A possibilidade de substituir o Proagro por seguro privado no Pronaf é vista como uma dificuldade adicional, já que os produtores não teriam a cultura de contratar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e o orçamento é limitado.

No Plano Safra, para evitar qualquer tipo de subjetividade no processo, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) defende mudanças na forma de acesso a esses recursos. "O ideal é cotar todo esse recurso em um lo-

cal único, uma espécie de fundo, e que cada instituição possa buscar de acordo com a sua capacidade de colocar no mercado. Que todos tenham acesso e a preferência seja dada para quem tem melhores condições, menor spread", afirma o presidente, deputado Sérgio Souza (MDB-PR).

O parlamentar diz que a preocupação na divisão dos recursos é conseguir atender pequenos e médios produtores. Em apresentação recente feita à FPA, o BB destacou que tem um ticket médio mais baixo e número muito mais alto de operações nesta safra em comparação à Caixa. "Os números não contam que o BB e as cooperativas de crédito chegam ao maior número dos pequenos e médios produtores. A Caixa é muito importante, mas não está conseguindo chegar no pequeno. A gente precisa que o pequeno tenha prioridade", completa Souza.

No Proagro, para pequenos produtores, o BB fez quase 300 mil operações e a Caixa, perto de mil. Procurados pela reportagem para falar sobre o Plano Safra, BB e Caixa não quiseram se manifestar. (RW, ET e AC)

Como são as regras

Até a sanção da Lei do Agro (13.986/2020), apenas bancos públicos e cooperativas podiam participar da equalização de juros do Plano Safra. Com a entrada dos privados, a concorrência aumentou e 12 instituições já operaram os recursos na temporada 2021/22. A Controladoria-Geral da União (CGU) entrou em campo e apontou a necessidade da fixação de regras claras e técnicas para ter mais transparência na distribuição dos recursos da equalização. O governo definiu os critérios, que não são públicos, mas comunicados aos bancos. Eles levam em conta sempre o menor custo estimado ao Tesouro Nacional. Entre as regras, conforme apurou o Valor, 30% do limite total de recursos equalizáveis são disputados por bancos que tenham operado linhas de Pronaf Custeio na safra 2021/2022; 10% por bancos que tenham operado linhas com recursos equalizáveis na safra 2021/2022; 10% por bancos que apresentem redução dos Custos Administrativos e Tributários (CAT) e operacionalização, em cada linha de crédito, de no mínimo 10% em relação à safra 2021/2022; 10% por bancos que operem como repassadores de recursos equalizados para outras instituições; e 40% são disputados por todos os bancos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Finanças **Caderno:** C **Página:** 1